

Editorial

Alketa Peci

Fundação Getúlio Vargas / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro / RJ – Brasil

A política de internacionalização da RAP

A internacionalização é uma tendência que se cristaliza no campo de administração, administração pública e ciências sociais de forma geral. Entretanto, o que a “internacionalização” significa, na prática, para os avaliadores e fomentadores da área (Capes, CNPq ou Scielo), para as instituições de ensino e pesquisa ou para os pesquisadores do campo ainda é sujeito a interpretações e controvérsias. Por um lado, agências de fomento e acreditadoras de qualidade pressionam para ampliar o número de artigos e dos autores de língua inglesa veiculados nas revistas nacionais, por outro lado, pesquisadores e associações de área, ao exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), criticam essas medidas pelo impacto negativo que causariam na qualidade da pesquisa na área de ciências sociais.

Partindo do pressuposto de que a estratégia de internacionalização reduzida a métricas de “inglezação” pouco pode contribuir para a melhoria de qualidade de pesquisa na nossa área, e simultaneamente buscando responder com medidas concretas à pressão para internacionalizar a contribuição do nosso campo de administração pública, a RAP elaborou uma política de internacionalização que busca responder a três objetivos:

- a) Ampliar a contribuição da RAP para uma comunidade internacional de pesquisadores e *practitioners* de administração pública;
- b) Atrair contribuições em língua inglesa, aumentando o número de submissões em inglês de pesquisadores nacionais e internacionais;



- c) Melhorar e construir as interfaces que facilitem e ampliem a comunicação da revista com os prospectivos autores e leitores da RAP na língua inglesa.

Neste editorial apresentamos a primeira iniciativa que busca concretizar a nova estratégia de internacionalização da revista: *a realização de um processo de seleção para a edição de um número especial temático* da revista no decorrer de 2016.

A organização desse número especial seguirá algumas linhas orientadoras:

- a) A proposta deve ser encaminhada por uma equipe de editores, composta, no mínimo, por um pesquisador nacional e um pesquisador internacional reconhecidos por sua contribuição na área temática proposta;
- b) A proposta deve focar temas-chave que apresentam potencial de atrair contribuições nacionais e internacionais.

As propostas para a “Chamada Temática Especial” devem ser encaminhadas para o e-mail da revista (<rap@fgv.br>) até o dia 31 de agosto. Na proposta, os proponentes devem detalhar o potencial da publicação e justificar as razões que o tornam um tema de interesse para o campo de administração pública. Elas devem ser estruturadas em torno de uma descrição do tema, perguntas de pesquisa a serem exploradas e bibliografia básica. As propostas serão analisadas pelo comitê editorial da revista e os proponentes serão notificados sobre a aceitação no prazo máximo de até duas semanas.

Esperamos que os processos de edição colaborativos, assim como o tema proposto, possam integrar contribuições de uma comunidade de pesquisadores nacionais e internacionais, consolidando a contribuição da RAP para o conhecimento em administração pública.

Finalmente, apresentamos, brevemente, os artigos reunidos neste terceiro número da revista. A temática transversal que integra boa parte das contribuições reunidas neste número da revista diz respeito a dimensões relacionadas com a cidadania, a participação e o engajamento cidadão em diversas fases de políticas públicas. O número reúne um artigo conceitual que discute a centralidade da ideia de justiça social e outras contribuições teórico-empíricas que abordam aspectos diferentes da relação da esfera pública com a cidadania, desde o papel das novas tecnologias de informação, os conflitos vivenciados na prática participatória e os obstáculos para um maior engajamento cidadão. Dois outros artigos discutem o desenvolvimento, nas suas dimensões local e sustentável, propondo uma metodologia sobre o desenvolvimento sustentável e avaliando o impacto de políticas públicas no desenvolvimento local.

No artigo *Embates acerca da ideia de justiça social em relação a conflitos sociais e desigualdades*, Alex Pizzio discute o tema da justiça social e seu avanço na adoção de modelos de formulação e gestão de políticas públicas.

O artigo *El impulso de experiencias desde abajo hacia arriba como mecanismo de participación en el diseño de servicios públicos* de Martí Oliver-Mora e Lupicinio Iñiguez-Rueda analisa a gestão pública participativa no desenho de serviços públicos de atenção primária à saúde na Espanha, buscando entender como os profissionais sanitários, fazendo uso de tecnologias

de informação e comunicação, detectam as necessidades sociais dos seus pacientes e buscam responder às mesmas.

O artigo *Methodology for leading indicators on sustainable regional development*, de José Francisco de Carvalho Rezende e Maria Cristina Fogliatti de Sinay, busca apresentar uma proposta de construção de indicadores de sustentabilidade baseados em pontuações e hierarquias que podem ser usados para monitorar o desenvolvimento regional sustentável das regiões metropolitanas.

No artigo *Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional*, Márcio Jacometti, Marcos de Castro, Sandro Aparecido Gonçalves e Mayla Cristina Costa utilizam a perspectiva institucional para identificar o papel das políticas públicas e das relações sociais no desenvolvimento econômico de um Arranjo Produtivo Local.

O artigo *Planos diretores e participação política: políticas públicas de planejamento entre o empresariamento e o estatuto da cidade* de Jefferson O. Goulart, Eliana Tadeu Terzi e Estevam Vanale Otero analisa a efetividade de planos diretores participativos, diagnosticando que estes ainda faltam de efetividade tanto no que se refere à regulamentação e implantação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade quanto à democratização dos processos de tomada de decisões sobre políticas públicas de gestão urbana.

Por fim, no artigo *Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social*, Marjorie Sabioni, Marco Aurélio Marques Ferreira, Marcelo José Braga e Fernanda Maria de Almeida buscam compreender as características e as condições de atuação dos cidadãos nos municípios de Minas Gerais, destacando as disparidades nas dimensões Estrutura Municipal, Contexto Institucional e Mobilização Social que limitam o potencial dos municípios no engajamento cidadão no controle social.

O fórum “Perspectiva Prática” também apresenta dois artigos focados nos temas da participação e desenvolvimento: *Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos*, de Priscilla Ribeiro dos Santos, e *Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: o caso do Vale do Ribeira (SP)*, de Joaquim Alves Silva Jr.

Boa leitura!

Alketa Peci
Editora chefe

Alketa Peci é doutora em administração e professora adjunta pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Editora chefe da *Revista de Administração Pública (RAP)*. E-mail: alketa@fgv.br.